

29/março/2019

A: BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente nº REL-XXX/2018

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} as Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do auditor independente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da **BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.**

Atenciosamente,

Marcio Romulo Pereira Sócio



BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do auditor independente Em 31 de dezembro de 2018



Índice

P	ágina
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5° andar | Botafogo Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos FinanceirosS.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião .



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

Marcio Romulo Pereira CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

CNPJ: 27.757.072/0001-34

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.944.198	125.595
Contas a receber	5	28.287.258	4.115.702
Tributos a recuperar		61.380	1.985
Outros créditos		17.918	20.571
		34.250.714	4.263.853
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	939.960	77.732
Contas a receber - partes relacionadas	6.a	5.029	1.059.183
		944.989	1.136.915
TOTAL DO ATIVO		34.255.743	5.400.768
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		21.862	-
Tributos a recolher	7	13.016	26.337
Debêntures a pagar	8	17.479.747	4.520.038
		17.514.625	4.546.375
NÃO CIRCULANTE			
Contas a pagar - partes relacionadas	6.a	1.238.302	560.122
Debêntures a pagar	8	10.143.003	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	7.700.000	700.000
Prejuízos acumulados		(2.340.187)	(405.729)
•		5.359.813	294.271
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.255.743	5.400.768

CNPJ: 27.757.072/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2018	17 de maio a 31 de dezembro 2017
Receita líquida	10	6.261.408	530.528
Custo dos serviços prestados	11	(7.476.603)	(850.237)
LUCRO BRUTO	_	(1.215.195)	(319.709)
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		, ,	, ,
Despesas gerais e administrativas	12	(1.593.434)	(93.639)
Outras receitas operacionais líquidas	13	934.593	-
Prejuízo Operacional		(2.769.494)	(413.348)
Receitas financeiras	14	29.631	10.435
Despesas financeiras	14	(90.04)	(2.816)
Resultado financeiro líquido	_	835.035	7.619
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	=	(1.934.459)	(405.729)
Prejuízo por ação	=	(0,17)	(0,58)

CNPJ: 27.757.072/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais - R\$)

	2018	17 de maio a 31 de dezembro de 2017
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.934.459)	(405.729)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.934.459)	(405.729)

CNPJ: 27.757.072/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais - R\$)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 17 DE MAIO DE 2017	700.000	-	700.000
Prejuízo do exercício	-	(405.729)	(405.729)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	700.000	(405.729)	294.271
Aumento de capital	7.000.000	· -	7.000.000
Prejuízo do exercício		(1.934.459)	(1.934.459)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.700.000	(2.340.188)	5.359.813

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

9

CNPJ: 27.757.072/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$)

	2018	17 de maio a 31 de dezembro de 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.004.470)	(407 700)
Prejuízo do exercício	(1.934.459)	(405.729)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.208.560	164.635
Reversão de provisão PECLD	(443.174)	(40.445)
Juros sobre empréstimos a receber	(6.132.507)	(48.115)
Perda em operação de crédito	444.341	-
Juros sobre debêntures - perdão de dívida Provisão para dedução debêntures a pagar	(895.458) (2.453.590)	-
Juros sobre debêntures a pagar - partes relacionadas	(2.433.390)	_
Juros sobre debentures a pagar Juros sobre debêntures a pagar	5.058.726	496.946
Suros sobre dependies a pagai	(1.484.653)	207.737
Variação nos etivos energaionais	(1.464.653)	207.737
Variação nos ativos operacionais Empréstimos a receber	(23.111.004)	(4.309.954)
Tributos a recuperar	(59.395)	(4.309.934)
Outros créditos	2.654	(20.571)
Outros orcanos	(23.167.745)	(4.332.510)
Variação nos passivos operacionais	(23.107.743)	(4.332.310)
Fornecedores	21.862	_
Tributos a recolher	(13.321)	26.337
Tribution a records	8.541	26.337
Caiva limita viilianda dan etividadan avarrainnain		
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	(24.643.857)	(4.098.436)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Empréstimos entre partes relacionadas	1.054.154	(1.059.183)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de investimento	1.054.154	(1.059.183)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	7.000.000	700.000
Empréstimos entre partes relacionadas	15.273	560.122
Emissão de debêntures	21.393.034	4.023.092
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	28.408.307	5.283.214
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.818.603	125.595
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125.595	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.944.198	125.595
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.818.603	125.595

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, sediada à Rua Guillhermina Guinle nº 272, 7º andar, parte, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro, constituída em 17 de maio de 2017.

A Companhia tem por objeto social (a) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por instituições financeiras e entidades equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou, quando foram estrangeiras, pelo Poder Executivo; (b) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitada a legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização dos créditos supracitados; (d) gestão e cobrança dos créditos financeiros adquiridos; (e) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais; e (f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

A Companhia cumpre os requisitos para a adoção do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, por se tratar de uma Sociedade Anônima de capital fechado e não atingiu os limites de faturamento e de patrimônio líquido previstos na Lei 11.638/07 que define o conceito de entidade de grande porte.

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Data de autorização das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 29 de março de 2019.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

2.2. Pronunciamentos emitidos

a) Em vigor para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) A norma remove a
 distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito
 de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 IFRS 3 (CPC 15 Combinação de negócios R1), IFRS 11 (CPC 19 Negócios em conjunto R2), IAS 12 (CPC 32 Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 custos dos empréstimos R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

• Provisão para remuneração dos debenturistas

Embora apresentados separadamente, devido a cláusulas contratuais parte do saldo de contas a receber é repassado integralmente aos debenturistas da Companhia, ou seja, estes saldos de ativos e passivos são compensados. Por esta razão a companhia constitui uma provisão para remuneração dos debenturistas na mesma proporção que provisiona o saldo do contas a receber.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela , Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em oito níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do clien	
- de 15 a 30 dias	В	
- de 31 a 60 dias	С	
- de 61 a 90 dias	D	
- de 91 a 120 dias	E	
- de 121 a 150 dias	F	
- de 151 a 180 dias	G	
- superior a 180 dias	Н	

d) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada liquida de impostos.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

g) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Seção 07 – Demonstração dos Fluxos de caixa do CPC PME.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2018	2017
Bancos conta movimento	226.723	8
Aplicações financeiras	4.717.475	125.587
Total	4.944.198	125.595

As aplicações financeiras referem-se basicamente ao Fundo de investimento, não exclusivo, mantidos em instituição financeira de primeira linha, lastreados em operações com títulos públicos, que buscam a rentabilidade de CDI. Em 2018 as aplicações apresentaram rentabilidade de aproximadamente 90% do CDI.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

Os saldos de empréstimos a receber são demonstrados a seguir:

	2018	2017
<u>Circulante</u>	36.726.384	4.976.414
Títulos a receber (i)		
(-) Rendas a apropriar – juros (ii)	(4.664.331)	(706.143)
Socinal financeira	-	10.066
Taxas Administrativas a receber	100.718	-
Taxa de Performance a receber	54.508	-
(-) Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa (iii)	(3.930.021)	(164.635)
Subtotal	28.287.258	4.115.702
Não circulante		
Títulos a receber (i)	1.069.201	85.806
(-) Rendas a apropriar – juros (ii)	(129.241)	(8.074)
Subtotal	939.960	77.732
Total	29.227.218	4.193.434

A composição dos títulos, por vencimento, é demonstrada abaixo:

<u>A vencer</u>	2018	2017
Até 365 dias	26.153.119	4.806.202
Após 365 dias	1.198.442	85.806
Vencidos:		
Até 30 dias	3.432.935	126.277
De 31 a 60 dias	1.496.965	31.308
De 61 a 90 dias	926.391	11.752
De 91 a 180 dias	4.742.959	10.941
(-) Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(3.930.021)	(164.635)
Total	34.020.790	4.907.651

- (i) Refere- se às parcelas vencidas e não recebidas e parcelas a vencer dos empréstimos concedidos.
- (ii) Refere-se aos juros de períodos futuros a serem apropriados nos seus respectivos meses, os quais compõem o saldo de títulos a receber. Na composição dos títulos, por vencimento, sendo ele a diferença do total para o Contas a receber.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do PECLD

	2018
Saldo Anterior	(164.635)
Adições	(4.208.560)
Reversões (i)	443.174
Saldo Final	(3.930.021)

(i) Em 2018 a Companhia registrou com perdas no resultado um montante de R\$ 444.341 por considerar os créditos como incobráveis. Dos valores provisionados na PECLD foi revertido um montante de R\$ 443.174 por perdão de dívida.

6. Transações com partes relacionadas

a) Contas a receber

Refere-se à movimentação de operações entre as empresas.

Ativo não circulante	2018_	2017
Empréstimos entre partes relacionadas – Correspondente Bancário	5.029	1.059.183
Passivo não circulante		
Contas a pagar (Rateio de despesas) - Correspondente Bancário	1.238.302	259.154
Empréstimos com sócios PF	-	300.968
	1.238.302	560.122

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Debêntures a pagar

Refere-se à parcela das debêntures emitidas pela Companhia, adquiridas por sua controladora Bizcapital Correspondente Bancário.

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	2018	2017
Debêntures Simples (1ª série - cota sênior)	04/07/2017	Até 150% das taxas médias do DI.	-	254.551
Debêntures Simples		Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o		
(2ª série - cota subordinada)	04/07/2017	valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.		142.233
				396.784

c) Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Sociedade refere-se à parcela do rateio das despesas com prólabore de seus administradores, pagas por sua controladora.

	2018	2017
Pró-labore	-	30.556
Total	-	30.566

7. Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher refere-se aos tributos sobre as receitas.

	2018	2017
Pis a recolher	1.033	3.682
Cofins a recolher	6.357	22.655
Tributos Retidos	5.626	-
Total	13.016	26.337

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures a pagar

Em 5 de janeiro de 2018, a Companhia realizou uma AGE e aprovou as condições da 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única. A Emissão não será objeto de registro na CVM e Anbima, uma vez que as Debêntures serão objeto de colocação exclusivamente privada.

O valor total da Emissão é de R\$ 10.000.000 na data da Emissão. Serão emitidas R\$ 10.000.000 de Debentures.

No dia 05 de junho de 2018 a AGE realizada pela Emissora aprovou as condições da 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública através da instrução CVM nº 476. Nos termos do artigo 6º da ICVM 476, a oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM e na Anbima.

O valor total da Emissão é de R\$ 20.000.000, na data da emissão. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para o pagamento dos custos operacionais da emissão e dos custos administrativos, de cobrança formação do fundo de Custeio e aquisição de Créditos Financeiros originados por instituições financeiras.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia realizou uma AGE e aprovou as condições da 5ª Emissão de Debêntures. A emissão não será objeto de registro perante a CVM e a Anbima, uma vez que serão objeto de colocação privada, sem a prática de quaisquer atos de distribuição pública para a venda.

O Valor total da Emissão é de R\$ 4.000.000 na data de Emissão em duas séries, sendo R\$ 3.000.000 o montante total para as debentures de primeira série e R\$ 1.000.000 para o montante total de segunda série.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nos dias 10/07/2018 e 03/12/2018 foram liquidadas, respectivamente, a 1ª e a 2ª Emissões de Debentures da BizCapital Securitizadora.

a) Abertura dos saldos contábeis:

Circulante	Emissão	Encargos Anuais %	2018	2017
Debêntures Simples (1ª série - cota sênior)	04/07/2017	Até 150% das taxas médias do DI.		1.432.130
Debêntures Simples (2ª série - cota subordinada)	04/07/2017	Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.	-	637.194
Debêntures Simples (1ª série - cota sênior)	05/09/2017	Até 165% das taxas médias do DI.	-	1.730.894
Debêntures Simples (2ª série - cota subordinada)	05/09/2017	Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.	-	719.820
Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures	05/01/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.	13.655.624	-
Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de Debêntures	05/06/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.	14.386.832	-
Debêntures Simples (1ª série - cota sênior)	07/12/2018	Até 155% das taxas médias do DI.	1.254.007	-
Debêntures Simples (2ª série - cota subordinada)	07/12/2018	Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.	779.877	-
Provisão de remuneração dos debenturistas pagar		Valor a descontar dos pagamentos dos debenturistas	(2.453.590)	
			27.622.750	4.520.038

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Segregação curto e longo prazo:

Valor	Provisão
12.328.094	(1.795.166)
7.107.554	(160.735)
-	-
19.435.648	(1.955.901)
Valor	Provisão
1.327.530	(256.452)
7.279.278	(206.559)
2.033.884	(34.677)
10.640.692	(497.689)
30.076.340	(2.453.590)
	12.328.094 7.107.554 - 19.435.648 Valor 1.327.530 7.279.278 2.033.884 10.640.692

As debêntures adquiridas pela controladora Bizcapital Correspondente Bancário estão devidamente descritas na nota nº6.b.

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$7.700.000 (R\$700.000 em 31 de dezembro de 2017), representado por 11.446.416 ações (700.000 ações em 31 de dezembro de 2017) todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 26 de dezembro de 2018, a Companhia aumentou seu capital no montante de R\$ 7.000.000,00, mediante a emissão, para subscrição privada, de 10.746.416, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,65138 por ação. A totalidade das novas ações emitidas será subscrita e integralizada à vista, mediante a captação de créditos detidos pela acionista Bizcapital Correspondente Bancário, decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital detidos contra a Companhia.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receita líquida

	2018	2017
Receita de juros s/empréstimos concedidos	6.132.507	555.946
Receita de taxa de administrativa e de performance	155.225	-
(-) Impostos incidentes sobre a receita	(26.324)	(25.418)
Total da receita líquida	6.261.408	530.528

11. Custos dos serviços prestados

	2018	2017
Custos com pessoal	-	(164.316)
Outros custos diretos	-	(24.340)
Juros s/debêntures	(5.058.726)	(496.946)
Juros s/debêntures – partes relacionadas	(662.907)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.208.560)	(164.635)
Provisão de remuneração dos debenturistas pagar	2.453.590	-
	(7.476.603)	(850.237)

⁽i) foi constituída uma provisão para remuneração dos debenturistas, objetivando reconhecer o resultado positivo correspondente a diferença entre o contas a pagar devido aos debenturistas e o valor que será efetivamente pago nas respectivas datas de liquidação. Conforme cláusula contratual incluída nas escrituras das debêntures, a Companhia fica desobrigada ao pagamento do valor nominal ou da remuneração, prevista nas escrituras de emissão, quando se verificar o inadimplemento ou não realização dos correspondentes créditos financeiros.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesas administrativas

	2018	2017
Propaganda e publicidade	(53.615)	(22.840)
Despesa com pessoal (indireta)	-	(30.557)
Serviços pessoas jurídicas e físicas	(535.148)	(14.047)
Impostos e taxas	(93)	(919)
Utilidades e serviços	(249)	(24.248)
Centro de serviços compartilhados	(979.148)	-
Outras despesas	(25.181)	(1.028)
	(1.593.434)	(93.639)

13. Outras receitas e despesas operacionais

	2018	2017
Outras receitas operacionais		
Outras receitas	15.747	-
Reversão de provisão PECLD	443.174	-
Receita de juros sobre debêntures – Perdão de dívida	895.458	-
Outras reversões de provisão	25.852	
	1.380.231	-
Outras despesas operacionais		
Despesas não dedutíveis	(1.297)	-
Perdas em operações de crédito	(444.341)	-
	(445.638)	
Total	934.593	

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	29.487	10.435
Receita de juros	144	-
•	29.631	10.435
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(79.314)	(552)
IOF	(1.933)	(1.296)
Juros s/empréstimos	(2.517)	(968)
Multas e juros	(6.290)	-
	(90.054)	(2.816)
Resultado financeiro líquido	(60.423)	7.619

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Riscos de taxas de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PERIODO DE 17 DE MAIO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

16. Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração não tem conhecimento de contingências prováveis e/ou possíveis passíveis de registro e divulgação nas demonstrações contábeis.

17. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2019, entrou em operação o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios BizCapital Empírica PME, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O Fundo poderá emitir Classes e/ou séries de Cotas com prazos e regras de amortização e terá como Gestor a Empírica Investimento e Gestão de Recursos LTDA e como Administradora e Custodiante a CM Capital DTVM.

A BizCapital Correspondente Bancário terá o papel de agente de cobrança Líder do FIDC, enquanto a Bizcapital Securitizadora será cotista subordinada.

O Fundo apresenta três tipos de cotas: Mezzanino, Sênior e Subordinadas. As Cotas Mezzanino e Sênior, serão remuneradas por um percentual do CDI, enquanto a Subordinada, terá com remuneração o resultado líquido do Fundo.